



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O N°649

Feito : Processo N°2251/93-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA

Assunto: Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, firmado entre o Banco do Estado do Acre S.A. e a firma J.M. RUELA.

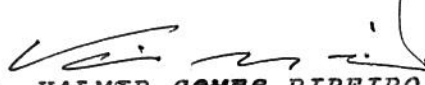
CONSIDERADO REGULAR o Termo Aditivo
ao Contrato de Prestação de
Serviços celebrado em 16.04.1986.

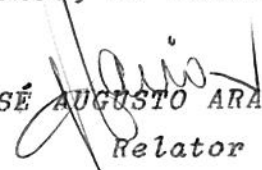
Arquivamento do feito.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo N°
2251/93, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de
Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher as conclusões e o
voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste acórdão, para
considerar regular o Termo Aditivo, em exame e, atendidas as forma-
lidades de estilo, pelo arquivamento do presente processo. Ausentes,
justificadamente, os Conselheiros Isnard Bastos Barbosa Leite, Pre-
sidente e Hélio Saraiva de Freitas.

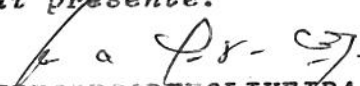
Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 28 de julho de 1994


Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO,
Presidente, em exercício


Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA
Relator

Fui presente:


FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE,
Procurador-Chefe do M. P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C O R D A M E N T O

Relatório: Conselho de Contas do Estado do Acre
Assunto: Acórdão de Contas do Estado do Acre
Pre o Estado do Acre de 1994, a 11 de 11

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 6.345
de 12/08/94. P. 11

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 6.345
de 12/08/94. P. 11
Exato
Diretor do Tribunal

3251/93, acórdão proferido, A C O R D A M E N T O
Contas do Estado do Acre, a 11 de 11 de 1994, sobre
voto do Conselheiro Relator, a 11 de 11 de 1994, sobre
considerar regular a despesa de 11 de 11 de 1994, sobre
licitação de bens, a 11 de 11 de 1994, sobre
justificação, a 11 de 11 de 1994, sobre
relatório e Relatório de Gestão, a 11 de 11 de 1994, sobre

Relatório de Gestão, a 11 de 11 de 1994, sobre
Relatório de Gestão, a 11 de 11 de 1994, sobre

Cons. PAULO GOMES MENEZES
Presidente, em substituição

Cons. JOSÉ AUGUSTO MENEZES
Relator

Em presença:
FERNANDO OLIVEIRA GOMES
Procurador-Chefe do M. P. A.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 2.251/93

RELATOR : Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, firma
do em 16.04.86, entre o Banco do Estado do Acre S/A
e a firma J. M. Ruela.

RELATÓRIO:


Pelo OF.DC.DIRAD-93/059, de 13 de outubro de 1993 ,
foi enviado a esta Egrégia Corte de Contas para Inspeção, o
Aditivo de Contrato de fls. 03/05, firmado entre o Banco do
Estado do Acre S/A e a firma J. M. Ruela.

O Relatório de fls. 08/10 apresentado pela 3ª IGCE,
aponta algumas irregularidades de ordem formal, não constatando,
no tocante à execução, quaisquer irregularidades.

O Contrato do qual pertence o Termo Aditivo, ou seja,
o Contrato original, é datado de 16.04.86 e não prevê expressamente
o prolongamento de sua vigência com o mesmo contratado,
como determinava a lei do momento.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 28 de julho de 1994.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
(PROCESSO: 2.251/93)

CONCLUSÃO E VOTO:

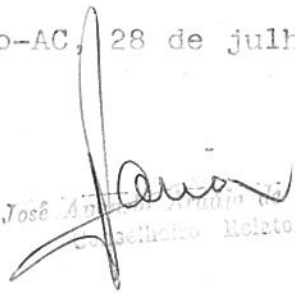
Tendo em vista que esta Egrégia Corte de Contas, através do TCE-AC/GP/OF.CIRC./Nº 009/91, de 23.09.91, solicitou as cópias dos contratos celebrados entre o Banco do Estado do Acre S/A e outros, e que somente em 13 de outubro de 1993 teve para Inspeção os aludidos contratos, agora já consumados, que produziram todos os seus efeitos, tornando-se, por isso mesmo, irretratáveis e imodificáveis, por lhe faltarem objeto. No entanto, é de se considerar como regular com ressalvas, ou mesmo irregular, o contrato que desprezou a publicidade.

Determina o Decreto-lei nº 2.300, em seu art. 51, § 1º, "conditio sine qua non", para a eficácia do contrato a sua publicação.

Diante do exposto e tendo em vista o Relatório Técnico de fls. 08/10, o Parecer do Ministério Público Especial e o exame procedido pelo Relator, VOTO como Regular o Termo Aditivo Contratual, e que se dê ciência aos gestores. Após, pelo arquivamento do presente feito.

É como VOTO.

Rio Branco-AC, 28 de julho de 1994.


José Antônio de Faria
Relator